

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

TÍTULO I – O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DO DIREITO

CAPÍTULO I – Meio Ambiente

1. Conceito de meio ambiente.....	19
2. Aspectos do meio ambiente	21
3. Meio ambiente do trabalho	23
4. A qualidade do meio ambiente.....	25
5. Desenvolvimento econômico e meio ambiente.....	25
6. Sustentabilidade	28

CAPÍTULO II – Degradação Ambiental e Consciência Ecológica

1. Razão da tutela do meio ambiente	31
2. Processos de degradação do meio ambiente.....	31
3. Desmatamento	32
4. Poluição	33
5. Degradação do solo	35
6. Poluidor e poluente.....	36
7. Consciência ecológica.....	37

CAPÍTULO III – Legislação Ambiental

1. Evolução normativa	39
2. Legislação tutelar do meio ambiente no Brasil	40
3. Direito Ambiental	47

CAPÍTULO IV – Fundamentos Constitucionais da Proteção Ambiental

I – AMBIENTALISMO CONSTITUCIONAL

1. Constituições estrangeiras.....	49
2. Constituições Brasileiras.....	52

II – REFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AO MEIO AMBIENTE

3. Os modos de referência.....	53
--------------------------------	----

4. Referências explícitas ao meio ambiente.....	53
5. Referências implícitas ao meio ambiente	55

III – O CAPÍTULO DO MEIO AMBIENTE

6. O conteúdo normativo do art. 225 da Constituição Federal.....	57
7. Significação geral dos enunciados	60

IV – CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS E LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS

8. Meio ambiente nas Constituições estaduais	61
9. Meio ambiente nas leis orgânicas municipais	64

CAPÍTULO V – Direito Fundamental à Qualidade do Meio Ambiente

1. Formação de um novo direito fundamental	67
2. A Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo	67
3. Os princípios internacionais de proteção ambiental.....	68
4. Os novos princípios de proteção ambiental	73
5. Protocolo de Kioto	75
6. O Acordo de Paris	78
7. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.....	79
8. Conclusão	80

CAPÍTULO VI – Federalismo e Meio Ambiente

I – FEDERALISMO

1. Forma do Estado Brasileiro.....	83
2. Repartição de competências.....	83
3. Sistema de repartição de competências	84

II – A QUESTÃO AMBIENTAL E O FEDERALISMO

4. Os problemas.....	85
5. República Federal da Alemanha	85
6. Federação Suíça.....	86
7. Espanha.....	87

III – O SISTEMA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

8. Regras gerais	87
9. Incumbência do Poder Público	88
10. Competência da União	88
11. Competência comum.....	90
12. Competência legislativa concorrente	90
13. Competência dos Estados.....	91
14. Competência dos Municípios.....	92

TÍTULO II – OBJETO DA TUTELA AMBIENTAL

CAPÍTULO I – Recursos e Patrimônio Ambientais

1. Definição do objeto de tutela	95
2. Recursos ambientais.....	96
3. Natureza do patrimônio ambiental.....	97

CAPÍTULO II – Provisões Constitucionais sobre a Conservação Ecológica

1. Conceitos ecológicos.....	99
2. Ecologia.....	100
3. Equilíbrio ecológico	102
4. Conservação ecológica.....	103
5. Processos ecológicos essenciais.....	104
6. Manejo ecológico das espécies	105
7. Ecossistemas.....	107
8. Diversidade do patrimônio genético	108

CAPÍTULO III – Proteção da Qualidade do Solo

1. O solo.....	113
2. Formas de deterioração do solo	114
3. Poluição	114
4. Degradação	124
5. Erosão	124
6. Esgotamento	125
7. Conservação do solo	126
8. Sistemas de manejo do solo agrícola.....	127
9. Manejo do solo urbano.....	129

CAPÍTULO IV – Proteção da Qualidade do Ar

1. Ar e atmosfera	131
2. Ar e vida	131
3. Poluição atmosférica.....	133
4. Agentes poluidores.....	134
5. Tutela da qualidade do ar	135
6. Padrões de qualidade do ar.....	137
7. Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (I/M).....	140

CAPÍTULO V – Proteção da Qualidade da Água***I – ÁGUAS E SUA PROTEÇÃO***

1. A água.....	143
2. Domínio sobre as águas	144
3. Competência para legislar sobre águas.....	146
4. Poluição da água.....	148
5. Proteção legislativa da qualidade da água	151
6. Proteção das águas no Estado de São Paulo.....	155

II – POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

7. Considerações gerais.....	156
8. Fundamentos e objetivos.....	156
9. Diretrizes gerais de ação	157
10. Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.....	157

11. Planos de Recursos Hídricos.....	158
12. Classificação dos corpos de água.....	158
13. Outorga de direitos de uso de recursos hídricos	159
14. Cobrança do uso de recursos hídricos	160
15. Sistema de informações sobre recursos hídricos.....	161
16. Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	161
<i>III – SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS</i>	
17. Objetivos e composição	162
18. Conselho Nacional de Recursos Hídricos	163
19. Agência Nacional de Águas (ANA)	164
20. Comitês de Bacia Hidrográfica.....	165
21. Agências de Água	166
22. Organizações civis de recursos hídricos	167

CAPÍTULO VI – Proteção do Meio Ambiente Marinho

I – O MEIO MARINHO

1. Águas marinhas e meio marinho	169
2. O mar territorial.....	169
3. A Plataforma Continental.....	170
4. A Zona Econômica Exclusiva.....	171
5. As águas contíguas.....	171
6. O alto-mar.....	172
7. Poluição do meio marinho	172

II – PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO MARINHO

8. Considerações gerais.....	173
9. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.....	173
10. Obrigação geral dos Estados.....	174
11. Competência dos Estados.....	176

III – POLÍTICA NACIONAL SOBRE OS RECURSOS DO MAR

12. Norma básica.....	177
13. Comissões para os recursos do mar.....	177
14. Lançamento de resíduos e alijamentos no mar.....	178

CAPÍTULO VII – Gerenciamento Costeiro

1. Conceito.....	181
2. Proteção constitucional da Zona Costeira.....	181
3. Objetivos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.....	182
4. Instrumentos do PNGC	183
5. Elaboração e execução	185
6. Meios de atuação.....	187
7. Planos estaduais e municipais de Gerenciamento Costeiro.....	188

8. Praias	188
9. Apicuns e salgados.....	189

CAPÍTULO VIII – Proteção do Patrimônio Florestal

1. Flora e floresta.....	191
2. Ecossistemas florestais.....	192
3. Tutela jurídica do patrimônio florestal	196
4. A Constituição e a legislação florestal.....	200
5. O Novo Código Florestal	201
6. Áreas de preservação permanente.....	201
7. Florestas heterogêneas e florestas homogêneas	208
8. Florestas nativas, primitivas e regeneradas	208
9. Florestas plantadas	210
10. Disciplina da exploração florestal.....	211
11. Supressão de vegetação para uso alternativo do solo	214
12. Reserva legal	215
13. Recomposição, compensação e regeneração de reserva legal	220
14. Servidão ambiental.....	221
15. Cota de Reserva Ambiental.....	222
16. Sistema de controle florestal e de incentivo à preservação florestal.....	223
17. Florestas públicas e concessão florestal.....	225
18. Áreas verdes urbanas.....	227

CAPÍTULO IX – Proteção à fauna

1. Fundamentos constitucionais	229
2. Fauna: propriedade estatal	230
3. Política de Proteção à Fauna do país	232
4. Sistema de conservação e meios de proteção	232
5. Caça e criadouros privados	234

CAPÍTULO X – Fontes de Poluição

1. Conceito e discriminação	235
2. Esgotos	236
3. Resíduos sólidos.....	237
4. Resíduos e emissões industriais.....	238
5. Lixo radioativo	240
6. Agrotóxicos	242
7. Extração e tratamento de minerais.....	244
8. Veículos automotores	246

TÍTULO III – MEIOS DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I – Gestão do Patrimônio Ambiental

I – GESTÃO ECOLÓGICA

1. Noção.....	247
---------------	-----

2. Manejo do território	248
<i>II – POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</i>	
3. Fundamentos e conteúdo.....	249
4. As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente	250
5. Princípios, objeto e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente	251
6. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	255
<i>III – POLÍTICA URBANA E PROTEÇÃO AMBIENTAL</i>	
7. Fundamentos constitucionais da Política Urbana.....	256
8. A qualidade do meio ambiente como objetivo da Política Urbana	257
9. Ordenação dos espaços urbanos como instrumento da Política de Meio Ambiente	258
10. Renovação urbana e meio ambiente	260
<i>IV – POLÍTICA AGRÍCOLA E PROTEÇÃO AMBIENTAL</i>	
11. Ideia e fundamentos	261
12. Propriedade rural e proteção ambiental	262
<i>V – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE</i>	
13. Constituição do Sistema.....	263
14. Atuação do SISNAMA	266

CAPÍTULO II – Espaços Ambientais

I – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Noção.....	269
---------------	-----

II – ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

2. Regime jurídico constitucional	270
3. Conceito.....	272
4. Categorias	273

III – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

5. Noção e objetivos	274
----------------------------	-----

III.1 UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL

6. Pré-compreensão	275
7. Estações Ecológicas	276
8. Reservas Biológicas	278
9. Parques Públicos	279
10. Monumentos Naturais	281
11. Refúgios de Vida Silvestre	283

III.2 UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL

12. Pré-compreensão	284
13. Áreas de Proteção Ambiental	285
14. Áreas de Relevante Interesse Ecológico.....	287
15. Floresta Nacional.....	288
16. Reservas Extrativistas	289
17. Reserva de Fauna	291
18. Reserva de Desenvolvimento Sustentável.....	291

19. Reserva Particular do Patrimônio Natural	293
<i>III.3 REGIME JURÍDICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</i>	
20. Criação das Unidades de Conservação	295
21. Regime jurídico das populações tradicionais	297
22. Subsolo e espaço aéreo.....	298
23. Mosaico de Espaços Protegidos.....	299
24. Plano de Manejo nas Unidades de Conservação	300
25. Direção das Unidades de Conservação.....	301
26. Recursos das Unidades de Conservação.....	301
<i>IV – ESPAÇOS PROTEGIDOS NÃO INCLUÍDOS NO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)</i>	
27. Noção e regime jurídico.....	303
28. Jardins Botânicos.....	303
29. Hortos Florestais	304
30. Jardins Zoológicos.....	304
31. Reservas da Biosfera.....	305
<i>V – ESPAÇOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL</i>	
32. Noção e regime.....	307
33. Patrimônio Nacional.....	307
<i>VI – ZONEAMENTO AMBIENTAL</i>	
34. Conceito de zoneamento	313
35. Objetivo e natureza do zoneamento.....	315
36. Zoneamento Urbano.....	316
37. Zoneamento Ambiental	318
38. Zoneamento Industrial	319
39. Zoneamento para Pesquisas Ecológicas	321
40. Zoneamento nas Áreas de Proteção Ambiental.....	321
41. Zoneamento nos Parques Públicos	322
42. Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos	322
<i>CAPÍTULO III – Autorizações e Licenças Ambientais</i>	
1. Instrumentos de controle ambiental	325
2. Conceito e distinções.....	326
3. Permissões e autorizações ambientais	328
4. Licenças ambientais em geral	330
5. Licenças ambientais de obras e atividades	331
6. Licença e Estudo de Impacto Ambiental	333
<i>CAPÍTULO IV – Estudo de Impacto Ambiental</i>	
1. Conceito.....	335
2. Fundamento constitucional	336
3. Casos de Estudo de Impacto Ambiental	337
4. Natureza procedimental do instituto	338
5. Proponente do projeto e equipe multidisciplinar.....	339

6.	Competência sobre o Estudo de Impacto Ambiental	340
7.	Fases do procedimento do Estudo de Impacto Ambiental	342
8.	Elaboração das diretrizes.....	342
9.	Fase das atividades técnicas	344
10.	Relatório de Impacto Ambiental	346
11.	Participação do público.....	347

CAPÍTULO V – Responsabilidade pelos Danos Ecológicos

I – DANO E REPARAÇÃO

1.	Conceito e fundamento constitucional.....	349
2.	Tipos de responsabilidade	350
3.	Competência para legislar sobre dano ambiental	350

II – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

4.	Noção e fundamento jurídico.....	351
5.	Infrações e sanções administrativas.....	352
6.	Formalização das sanções	353

III – RESPONSABILIDADE CRIMINAL

7.	Conceito.....	355
8.	Crimes contra o meio ambiente	356
9.	Apuração da infração penal.....	362

IV – RESPONSABILIDADE CIVIL

10.	Conceito.....	363
11.	Fundamento jurídico	363
12.	Natureza da responsabilidade	363
13.	Cláusulas excludentes	364
14.	Impacto ambiental e reparação do dano ambiental	365
15.	Determinação do responsável	366
16.	Tipos de reparação.....	367

CAPÍTULO VI – Meios Processuais de Proteção Ambiental

1.	Meios processuais	369
2.	Ação penal.....	370
3.	Procedimento civil ordinário.....	371
4.	Ação civil pública.....	371
5.	Ação popular	372
6.	Mandado de segurança coletivo.....	373
7.	Tutela cautelar	374
8.	Execução específica e mandamento cominatório.....	374

<i>BIBLIOGRAFIA</i>	379
----------------------------------	-----

<i>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</i>	387
---	-----